

## O simulacro do simulacro da vulgaridade democrática no Brasil: o hiato entre aparência e essência no capitalismo contemporâneo.

Douglas Ribeiro Barboza

O presente estudo procura investigar como a questão democrática na particularidade histórica brasileira conformou-se sob os marcos de uma caricatura do capitalismo e do liberalismo que na verdade fez emergir a verdadeira essência da restritividade democrática que foi ocultada pela forma do capitalismo e liberalismo na Europa - cujas revoluções liberais conviveram com a tensão do estreito entrelaçamento entre reivindicação de liberdade, justificação da escravidão e aniquilação dos povos coloniais. Para estas análises, por um lado, partimos da compreensão de uma similitude analítica contida na divisão marxiana entre economia política clássica/economia vulgar e entre democracia/democracia vulgar, como parte fundamental de sua crítica à superficialização do discurso democrático pelos liberais; por outro, compreendemos também, assim como Lukács, que o problema constante para o pensamento burguês, relacionado à contradição subsistente entre a evolução efetiva e a superfície do real, explica a necessidade de se construir uma representação completamente falseada da realidade social (simplesmente porque se limita ao exame dessa superfície diretamente perceptível), pois, na sociedade capitalista, o fetichismo é inerente a todas as manifestações ideológicas. No estágio imperialista, da dominação do capital financeiro, a evolução do capitalismo não faz senão intensificar o fetichismo geral, pois os fenômenos a partir dos quais seria possível desvendar a *reificação* de todas as relações humanas tornam-se cada vez mais ocultados.

A vulgaridade democrática no Brasil possui um “arranjo particular” na constituição de sua restritividade que vai para além do domínio de classe, mas assenta-se na perpetuação de um padrão de luta de classes que impede a emergência do povo no cenário político e a formação e o desenvolvimento de controles sociais democráticos; isto é, um deslocamento totalitário do poder de classe que obstaculiza a criação de espaços sociais e políticos de direito. O eixo central da análise funda-se, assim, na compreensão de que, para se desconstruir o discurso e a prática liberal, como também o simulacro de seus princípios democráticos e a especificidade que eles assumem no caso brasileiro, é fundamental desvendarmos que, tanto as formulações que avaliam o liberalismo como um “berloque” das elites brasileiras, quanto as formulações que consideram que estas elites importaram-no como princípios que seriam ajustados às suas próprias necessidades, partem da equivocada compreensão do liberalismo como uma ideologia na qual a realidade é invertida e as idéias aparecem como motor da vida real, e que, ao tentarem desconstruir o discurso liberal aqui e alhures através da dicotomia teoria x prática / retórica x realidade, esqueceram-se de considerar as noções de *conteúdo* e *forma* tão cara à análise marxiana. A *forma* como se efetivaram as práticas liberais não corresponderam à *forma* como se difundiram seus ideais, porque estas *formas* escondiam o fato de que o *conteúdo* da realidade liberal associava-se perfeitamente ao *conteúdo* das idéias liberais (para além do que estas demonstravam na aparência de suas *formas*), análise esta de fundamental importância para se compreender o caráter vulgar da democracia construída no cenário brasileiro. Por fim, consideramos que a atualização dessa vulgaridade democrática no Brasil contemporâneo se realiza através dos discursos de ampliação democrática via erradicação da miséria, sob os quais se repõe a tensão entre aparência e realidade através da submissão da extrema pobreza à expansão das relações mercantis em tempos de financeirização.

### INTRODUÇÃO

A atenção neste primeiro momento de análise se centrou na construção da vulgata liberal e democrática ao longo do percurso em direção a construção do capitalismo no Brasil, compreendendo

que o processo de Independência e dos anos imediatamente subsequentes carregam importantes manifestações primordiais da revolução burguesa que se desenvolverá a partir do período republicano. Conforme afirma Ianni (1985):

A propósito da história da revolução burguesa, pois, cabe alguma referência ao período monárquico: 1822-1889. Nessa época ocorreram alguns fatos notáveis, relativos a problemas tais como os seguintes: lutas de independência, revoltas e guerras populares, lutas separatistas, fugas e revoltas de escravos, primórdios da sociedade civil, cidadania, vida partidária, opinião pública e outros aspectos do processo histórico de formação do Estado nacional. Nessa época, as campanhas republicana e abolicionista são expressões muito importantes da sociedade civil em formação. Ao lado do amplo predomínio do trabalho escravizado, como base de todo vasto edifício do poder monárquico (o que limita ou nega uma verdadeira sociedade civil burguesa) é inegável que vários acontecimentos ocorridos na época permitem colocar os anos da monarquia como o tempo das manifestações primordiais da revolução burguesa que se desenrolará desde 1888-89 em diante. (IANNI, 1985, p.14).

É importante ressaltarmos que a escolha dessa linha de análise não está pautada na compreensão de que os males brasileiros remontam à colonização, à nossa histórica separação da matriz do individualismo utilitário de corte anglo-saxão, e que a nossa singularidade no Ocidente moderno é uma manifestação do contínuo reiterar do patrimonialismo ibérico transplantado para a nossa formação nacional. Criticamente diferente destas análises, o estudo centrou-se - neste primeiro momento - em torno das particularidades deste período pré-republicano, pois parte da premissa de que, para compreendermos a particularidade da vulgaridade democrática e do liberalismo no Brasil, é importante apreendermos as relações recíprocas, de interdependência e antagonismo, entre as peculiaridades da formação social capitalista e as da formação social escravista, considerando o conjunto de relações, processos e estruturas de apropriação econômica e dominação política através dos quais a formação social capitalista vai conseguir emergir do desenvolvimento das forças produtivas internas e das relações externas - e como, conseqüentemente, se transformará num sistema de dominação e apropriação diverso e antagônico, em face da formação social escravista. (IANNI, 1978).

## **LIBERALISMO E RESTRIÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL: O OXIMORO QUE REVELA O SIMULACRO**

Desde o momento da invasão do Velho Continente aos terrenos do Novo Mundo (mistificada como “descobrimto”), a condição geográfica da Europa, as peculiaridades especiais de seu sistema econômico e suas tradições políticas já eram fatores contribuintes para a sua conformação como uma civilização supranacional; isto é, os limites de seu sistema cultural transcendiam as próprias fronteiras geográficas dos grupos nacionais, permitindo-o existir e atuar como uma unidade real.

Na Europa, as bases fundantes do feudalismo (a posse da terra e o trabalho do servo) foram derruídas paulatinamente pela riqueza mobiliária, em decorrência do processo de desenvolvimento do comércio; a produção agrícola (e com ela a própria terra) passa a ser vendável, eliminando a economia natural; as relações humanas manifestam-se cada vez mais em termos monetários; o isolamento característico da Idade Média, onde cada um se bastava, foi sendo substituído por relações universais, primeiramente no tocante à produção material, mas alcançando também a produção intelectual. Quanto ao processo de estreitamento das atividades entre as nações, Engels (1981) ressaltava que as

dependências e a vinculação entre estas últimas não eram somente econômicas, mas também espirituais.

Transformados em lei eterna, os princípios, as leis, os sistemas sociais e políticos são apresentados como meios racionais e universais, preparando-se assim um conjunto de idéias determinadas que passa a refletir sobre todos os povos, em decorrência da forma de universalidade. Conforme nos elucidara Marx e Engels, as idéias dominantes são, em cada época, a expressão do ideal das relações materiais que predominam; isto é, são as relações materiais traduzidas em idéias, haja vista que os detentores dos meios de produção material podem igualmente dispor dos meios de produção espiritual e manter, sob seu jugo, as idéias daqueles que são privados destes meios de produção espiritual. (MARX; ENGELS, 1977).

Podemos aqui seguir a trilha analítica de Antonio Candido em um de seus estudos sobre o movimento geral da literatura brasileira a partir do seu caráter histórico. O autor argumenta que o conceito de “começo” é bastante relativo na análise da literatura brasileira. Isso porque, enquanto a literatura portuguesa, francesa ou a italiana (consideradas literaturas matrizes) foram se constituindo paulatinamente, paralelamente a constituição de seus idiomas - onde “Língua, sociedade e literatura parecem nesses casos configurar um processo contínuo, afinando-se mutuamente e alcançando aos poucos a maturidade” - por outro lado, as literaturas ocidentais do Novo Mundo não puderam seguir este mesmo caminho, pois, ao longo do processo de conquista e colonização, transplantaram-se línguas e literaturas já maduras para um meio físico diferente que era aquele Novo Mundo, habitado “por povos de outras raças, caracterizados por modelos culturais completamente diferentes, incompatíveis com as formas de expressão do colonizador”. A literatura brasileira, assim, é parte orgânica do conjunto das literaturas nacionais, modificada pelas condições do Novo Mundo. (CANDIDO, 1999, p.12-13).

O caráter rudimentar, disperso e nômade da cultura dos povos autóctones, no caso do Brasil, conformava um máximo distanciamento entre a cultura do conquistador e a do conquistado, a qual, por estes motivos, sofreu um brutal processo de imposição - processo este que não apenas se mostrava genocida, como também altamente aniquilador daquelas formas culturais superiores como a Mexicana, a centro-americana e a das grandes civilizações andinas, por exemplo. A colonização em terrenos tupiniquins já trazia em sua dinâmica todo um esqueleto europeu, rigidamente instituído por princípios que envolviam desde normas de técnica até princípios éticos e artísticos, e encontrou, aqui, uma cultura autóctone que não conseguiu se conformar como o “autêntico” que se oporia ao “alienígena”, ou como o “nacional” contraposto ao “universal”. Em outras palavras, não se consolidou, aqui, obstáculos prévios para a penetração da cultura européia que, seguindo as análises de Marx e Engels, já estavam se transformando em cultura universal.

A questão cultural é plenamente afetada também pela influência do mercado externo sobre a nossa economia, sob a qual os pressupostos da formação econômico-social brasileira caracterizavam-se por estarem localizados no exterior. Iniciada em função do espírito metropolitano, a colonização contribuiu para nos constituirmos como um apêndice econômico permanentemente embebido pelos embates ideológicos que estavam sendo travados na Europa, aguçando cada vez mais a relação intrínseca entre cenário ideológico externo e vida mental brasileira nos séculos imediatamente posteriores à colonização. Isto é, colonizado nos marcos da formação do mercado mundial, e como consequência de sua necessidade contínua de expansão, o Brasil conforma-se como o herdeiro potencial daquele patrimônio cultural universal; e, mesmo quando internamente o seu modo de produção ainda não se configurava como capitalista, as expressões ideológicas e culturais das classes fundamentais de nossa formação econômico-social colonial eram provenientes do Velho Continente. Partindo da premissa de que esta intrínseca vinculação com a cultura universal condicionada pela relação de dependência (ou de subordinação econômica) não deve recair nas interpretações Isebianas

de uma “alienação” estrutural da cultura brasileira decorrente da situação semicolonial ou colonial, podemos compreender que a cultura universal

[...] não era algo externo, imposto pela força, à nossa formação social, mas sim algo potencialmente interno, que se ia tornando efetivamente interno à medida que (ou nos casos em que) era recolhido e assimilado por uma classe ou um bloco de classes ligados ao modo de produção brasileiro. A história da cultura brasileira, portanto, pode ser esquematicamente definida como sendo a história dessa assimilação - mecânica ou crítica, passiva ou transformadora - da cultura universal (que é certamente uma cultura altamente diferenciada) pelas várias classes e camadas sociais brasileiras. Em suma: quando o pensamento brasileiro “importa” uma ideologia universal, isso é prova de que determinada classe ou camada social de nosso País encontrou (ou julgou encontrar) nessa ideologia a expressão de seus próprios interesses brasileiros de classe. (COUTINHO, 2005, p.45-46).

Ao analisar a cultura brasileira do século XIX, buscando encontrar na gravitação das idéias um movimento que nos singularizava, Roberto Schwarz (2010) argumenta que, no Brasil, ao longo do processo mesmo de sua reprodução social, as idéias européias eram sempre postas e repostas em sentido impróprio, ou seja, em relação ao seu uso europeu, as ideias estavam sempre “fora de centro”. A forma como o liberalismo europeu foi importado para os nossos terrenos caracterizava-se como um exemplo claro desse deslocamento - ou “inadequação” - entre as idéias européias e a realidade brasileira, fenômeno este cuja explicação era de base histórica: abrangia a singularidade de “um país agrário e independente, dividido em latifúndios” e permeado pelo parasitismo, cujas relações de produção eram dependentes do trabalho escravo por um lado e do mercado externo por outro, dependência econômica esta que formava parceria com “a hegemonia intelectual da Europa, revolucionada pelo Capital”. (SCHWARZ, 2000, p.13 e 30). Principalmente nos períodos imediatamente anteriores e posteriores à Independência, essa vinculação impulsionou a adoção da ideologia liberal burguesa pelos grupos das elites dominantes brasileiras – compostas pela união entre a oligarquia agrária fundiária e escravocrata e os representantes internos do capital – mesmo sendo esta ideologia inadequada a um modo de produção que, apesar de vinculado ao capital mundial, ainda não se constituía internamente como capitalista. Como explicita o autor:

Mais ou menos diretamente, vem daí a singularidade que expusemos. Era inevitável, por exemplo, a presença entre nós do raciocínio econômico burguês – a prioridade do lucro, com seus corolários sociais – uma vez que dominava no comércio internacional, para onde a nossa economia era voltada. A prática permanente das transações escolava, neste sentido, quando menos uma pequena multidão. Além do que, havíamos feito a Independência há pouco, em nome de idéias francesas, inglesas e americanas, variadamente liberais, que assim faziam parte de nossa identidade nacional. Por outro lado, com igual fatalidade, este conjunto ideológico iria chocar-se contra a escravidão e seus defensores, e o que é mais, viver com eles. No plano, das convicções, a incompatibilidade é clara [...]. Mas também no plano prático ela se fazia sentir. (Ibidem, p.13-14).

Cabe ressaltar que as ideologias revolucionárias que se difundiam na Europa do século XVIII seduziam as populações coloniais, e maior ainda era o impacto das Revoluções Americana e Francesa, cujo exemplo mostrava-se como caminho para emancipação daqueles que se ressentiam do domínio

colonial. As tensões entre os colonos e a metrópole se concretizaram em alguns movimentos conspiratórios os quais evidenciavam a influência das revoluções Francesa e Americana e das idéias ilustradas, que, no Brasil, conformavam a crítica à realeza e ao poder absoluto dos reis em luta pela emancipação dos laços coloniais. Os princípios revolucionários divulgados pelos pensadores da Ilustração e postos em prática pela Revolução Francesa educou toda uma geração que se manteve fiel a estes princípios mesmo após a tendência contrarrevolucionária que se originou após a Restauração.

Apesar da evidente influência das idéias liberais européias nos movimentos de 1789 (Inconfidência Mineira), 1798 (Conjura Baiana) e 1817 (Revolução Pernambucana), a pobreza ideológica sob a qual foram recebidas faz com a sua importância não seja tratada tão facilmente de forma superestimada. Mesmo que ativa, essa parcela da população educada nos princípios da Ilustração era pouco numerosa, constituindo-se numa reduzida elite revolucionária que se inspirava nas obras dos autores europeus mais pelo entusiasmo do que pelo espírito crítico. Por sua vez, a grande maioria da população que eventualmente podia ser mobilizada em nome de palavras que passaram a exercer um efeito mágico - como os “princípios franceses”, a “Pátria” e a “Liberdade” - não chegava a tomar conhecimento das novas doutrinas, permanecendo alheia às especulações teóricas e ao que se tramava, fazendo parte das conspirações “apenas alguns grupos representantes da elite colonial, elementos de sua clientela e alguns grupos pertencentes às camadas urbanas descontentes com a administração portuguesa” (COSTA, 2010, p.39).

Segundo a autora, apesar das conspirações que antecederam a Independência terem envolvido principalmente representantes das camadas superiores da sociedade, não se pode descartar a existência de entusiasta adesão por parte de elementos das populações urbanas mais desprivilegiadas. Entre os proprietários e altos funcionários que compunham a maioria no movimento da Inconfidência Mineira, havia “figuras de origem mais modesta como o alferes Tiradentes e alguns escravos e mulatos livres, ocupando funções de carreiros ou artesãos” (Ibidem, p.37). Mais numeroso era o elemento popular envolvido na Conjura Baiana, na qual se formavam dois núcleos revolucionários que se distinguiram tanto na sua composição quanto nos seus propósitos: o primeiro grupo constituía-se por elementos instruídos e de recursos que objetivavam o estabelecimento de uma República; e o segundo incluía escravos e pretos e pardos livres, recrutados entre as camadas mais humildes da população, e que visavam a possibilidade de melhorar as suas condições de vida através do estabelecimento de uma política de igualdade prometida pela revolução. Se os revolucionários pernambucanos de 1817 faziam parte das melhores famílias da terra e desfrutavam de considerável situação econômica e social, o entusiasmo pelas apregoadas idéias de liberdade e igualdade também se espalhou entre as populações urbanas, compostas na sua maioria de pardos e pretos. (Ibidem, p.37-38).

Enquanto nas capitais das províncias se sucediam as ebulições políticas, no interior do país tais fenômenos distanciavam-se bastante do cotidiano e dos interesses da população - composta na sua maioria de escravos e de agregados das fazendas, e isolada pelas dificuldades de comunicação e meios de transporte. Efetivando-se ou não a revolução, a vida dessa população não se alteraria de maneira perceptível para ela, e por isso pareciam permanecer alheias aos acontecimentos, considerando as agitações como obras de estrangeiros e de algumas famílias ricas e poderosas. Mesmo para a parte da população afetada por estas transformações, sua compreensão do processo restringia-se ao fato real de que as revoluções que antecederam a Independência estavam presas a interesses comerciais, deixando escapar por completo a compreensão do significado político mais amplo implícito no desvencilhamento do caráter de colônia. Geralmente identificando a fidelidade a Deus com a fidelidade ao rei, e por isso ainda considerando este último como “[...] o árbitro supremo de suas existências e das de seus filhos” (SAINT-HILAIRE, 1954, p.100), as populações rurais não pareciam se comover pelas mal assimiladas ou pouco conhecidas idéias liberais ou republicanas - as quais eram transportadas para o interior através de uma espécie de elite intelectual constituída por padres, seminaristas e pelos jovens bacharéis que, formados na Europa, regressavam aos domínios de seus pais ou desempenhavam o cargo de Juiz,

ouvidor etc. A situação se intensificava pelo fato de que, para estas populações rurais, o que parecia valer era “a atitude do chefe político local e não as idéias políticas”. (QUEIROZ, 1976, p.59). Para Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), encontra-se aí a pista para compreendermos por que a consciência dessas populações não foi impactada pelas implicações políticas dos acontecimentos de 1822.

Basicamente, a noção de soberania de Estado supõe a possibilidade de pensar esta categoria como um aparelho despersonalizado e uma entidade coletiva. Mas, muito pelo contrario, Estado na consciência desses homens se confundia com a pessoa do príncipe e governo se identificava com seus atos e decisões ou com a de seus representantes. As mudanças de governo, que resultariam da autonomia da colônia, simplesmente não caíam na esfera de consciência desses homens como mudança de instituições, mas como substituição de pessoas. (FRANCO, 1997, p.89).

As pregações de igualdade e liberdade como direitos inalienáveis e imprescritíveis do homem, assim como os manifestos favoráveis às fórmulas representativas de governo e à soberania do povo soavam vazios e falsos num quadro em que, na realidade, se pretendia manter uma boa parte da população escravizada e uma outra parte alienada da vida política. Nas análises de Emilia Viotti da Costa (2010), se o analfabetismo, a marginalização do povo da vida política e a deficiência dos meios de comunicação eram barreiras de ordem material que dificultavam a difusão das idéias ilustradas, o entrave maior constituía-se no fato de que a própria essência dessas idéias era incompatível, sob muitos aspectos, com a realidade brasileira. Se, por um lado, aqueles indivíduos das camadas superiores da sociedade que não se empolgaram com as idéias revolucionárias encaravam o comportamento dessas massas urbanas com maior desgosto e apreensão; por outro, no interior dos movimentos revolucionários, a opinião contrária à emancipação dos escravos sempre prevalecia em meio às eventuais divergências de pontos de vista entre seus participantes. Com exceção de poucos, o comportamento dos revolucionários era frequentemente elitista, racista e escravocrata, e a idéia de revolução esbarrava sempre no horror às multidões e no receio de uma revolta de escravos, o que direcionaria essas elites a temer qualquer mobilização de massa e a rechaçar as formas mais democráticas de governo, simpatizando-se, conseqüentemente, com a possibilidade de conquistar a Independência sob o auxílio do príncipe regente.

Nestes marcos, Schwarz (2000) afirma que a descrição da chave da vida ideológica em nossos terrenos exige resgatar o fato de que, fundamentada no monopólio da terra, a colonização, aqui, produziu três classes de população: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”. Na época da Independência, a única realidade política do país era constituída por algumas centenas de famílias dispersas pelos extensos latifúndios; uma sociedade de proprietários cuja vida assentava-se numa dualidade econômica: senhores de escravos nos domínios e comerciantes de produtos de exportação. A relação entre essa gente próspera das fazendas e a massa dos escravos é clara. Quanto às relações entre a multidão daqueles que não eram nem proprietários nem proletários - os “homens livres”, que, na realidade constituíam-se como dependentes -, seu acesso social e a seus bens era materialmente dependente do *favor* dos grandes, seja ele direto ou indireto. Assim, uma das grandes classes da sociedade se reproduz através do mecanismo do favor - “nossa mediação quase universal” - o qual, sob diferentes maneiras e denominações, atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, combinando-se com a força e a violência prevalentes nas relações básicas de produção fundadas no nexu escravista. (SCHWARZ, 2000, p.16).

Voltando às argumentações de Schwarz (2000), o autor afirma que se a escravidão, por sua própria presença, indicava a impropriedade das idéias liberais e as fazia descarrilhar, a ideologia do

mando e do favor, tão incompatível quanto, absorvia e deslocava essas idéias, originando um padrão particular: contra a postulação, pela civilização burguesa, da autonomia da pessoa, o favor traz embutidas as relações de subordinação da pessoa; contra a universalidade da lei, ele traz a lógica da exceção à regra; contra a remuneração objetiva e a ética do trabalho, o favor traz a remuneração e serviços pessoais, a cumplicidade. As elaborações européias contra o arbítrio e a escravidão eram aqui adotadas no discurso, mas, na prática, o favor e o clientelismo eram afirmados em instituições que proclamavam formas e teorias do Estado burguês moderno. Esse antagonismo produziu uma coexistência estabilizada, sob a qual “as idéias e razões européias podiam servir e muitas vezes serviram de justificação, nominalmente ‘objetiva’, para o momento do arbítrio, que é da natureza do favor” (Ibidem, p. 18).

Assim, com método, atribui-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio etc. Combinando-se à prática de que, em princípio, seria a crítica, o Liberalismo fazia com que o pensamento perdesse o pé. [...] ao tornarem-se despropósito, estas idéias deixam também de enganar. (Ibidem, p.19).

Ou seja, Schwarz (2000) considera que o liberalismo passa a ser um “penhor intencional de uma variedade de prestígios que nada tem a ver”, e deixa de ser uma ideologia - compreendida, pelo autor, “como um engano involuntário e bem fundado nas aparências” -, haja vista que as idéias liberais, ao se constituírem aqui como uma forma de “dar lustre às pessoas e à sociedade que formam”, passaram a tomar a função de “ornato e marca de fidalguia”, que sequer conseguiam descrever falsamente a realidade (Ibidem, p.18-19). No Brasil conformado como o bastião da escravatura, as idéias liberais, mesmo indescartáveis, não podiam ser praticadas. Mas eram orgulhosamente adotadas pelas elites brasileiras, “de forma ornamental, como prova de modernidade e distinção”. (Ibidem, p.26).

Costa (2010) compartilha do argumento de que a especificidade do liberalismo brasileiro - assim como seu objetivo, suas contradições e o limite de sua crítica - só podem ser compreendidos com referência à realidade brasileira, caracterizada pela condição colonial da sua economia, sua posição periférica no mercado internacional, pela base escravista do seu sistema de produção, pela manutenção do sistema de clientela e patronagem e pelo atraso na revolução industrial (ocorrida, aqui somente no século XX). Porém, contraria a concepção de que as idéias liberais foram um simples capricho das elites brasileiras, um simples gesto de imitação cultural. A autora afirma que, apesar de alguns aqui utilizarem os *slogans* liberais como meros símbolos de *status* “civilizado”, para a maioria daqueles que invocavam o liberalismo no cenário brasileiro este era encarado como uma arma ideológica através da qual “pretendiam alcançar metas políticas e econômicas específicas”, importando princípios e fórmulas políticas que seriam ajustadas às suas próprias necessidades (Ibidem, p. 136).

Nestes marcos, Costa (2010) afirma que, para conhecer a especificidade do liberalismo brasileiro, é preciso ultrapassar a análise puramente formal do discurso liberal e “relacionar a retórica com a prática liberal”. A autora parte da premissa de que, assim como as palavras podem vir a assumir significados diferentes em contextos distintos, as idéias liberais, para além de nossas fronteiras, foram utilizadas por grupos com propósitos diversos ao longo do século XIX, haja vista o apelo suficientemente amplo de sua mensagem que era capaz de atrair diversos grupos sociais indignados com as opressões impostas pelo Antigo Regime: seja quando serviu à burguesia inglesa para reforçar a sua posição no governo, seja quando o povo francês mandou Luís XVI, Mari Antonieta e alguns nobres para a guilhotina, ou mesmo na luta da nobreza russa contra o czar. Na tentativa de “desconstruir o discurso liberal”, a autora completa o raciocínio afirmando que, em todas as ocasiões em que os liberais assumiram o poder, seu principal desafio foi “transformar a teoria em prática”, pois o conteúdo

revolucionário inicial do liberalismo perdeu-se ante os limites impostos pelas estruturas econômicas e sociais (Ibidem, p.134-135).

Os países protagonistas das três revoluções liberais são também os protagonistas de um estrito entrelaçamento entre as reivindicações de liberdade e a justificação da escravidão e a aniquilação dos “bárbaros” nativos; e que as revoluções liberais inglesa e americana consagraram, nas palavras de Losurdo (2006, p.108) o autogoverno de uma sociedade civil constituída ou hegemônica pelos proprietários de escravos, fortemente decididos a não tolerar interferências por parte do poder político central e da própria igreja.

A Holanda que, em primeira mão, já revelava uma associação frequentemente – e insistentemente - obscurecida pelos discursos apologéticos: por um lado, configurava-se como o primeiro país a entrar no caminho do liberalismo, como sinônimo de liberdade; e por outro, era o país que revelava uma afeição particularmente ferrenha ao instituto da escravidão, e de uma escravidão particularmente cruel.

São estes burgueses liberais, iluminados e tolerantes, dominantes na Holanda após as lutas contra a Espanha de Filipe II, que se lançam na expansão colonial da qual o comércio dos negros é parte integrante. De acordo com as análises de Losurdo (2006) e Wallerstein (1994), a Holanda orienta o primeiro verdadeiro comércio de escravos objetivando fornecer mão-de-obra necessária às plantações de açúcar, e, quando perderam as plantações, tentaram permanecer na cena como mercadores de escravos, concentrando o “predomínio” sobre este “comércio” até a metade do século XVII – o que não criou problemas para que suas posses se lastreassem sobre a escravidão ou sobre o trabalho forçado até o início do século XVIII.

Terminada a supremacia holandesa no “comércio de escravos”, por volta de 1675, abriu-se o terreno para a *Royal African Company* gerenciar o tráfico de negros escravizados, empresa recém-fundada pelos ingleses, na qual desfrutava de sólidos investimentos, como um de seus acionistas, o célebre filósofo liberal inglês John Locke.

Locke expressava as idéias da burguesia que se consolidava em decorrência das transformações correntes na sociedade inglesa do século XVII, às voltas com o pleno desenvolvimento da manufatura, cujo marco desaguou na denominada Revolução Gloriosa de 1688/1689, da qual os seus *Dois tratados sobre o governo* – escritos e publicados à véspera e à conclusão desta - podem ser considerados momentos essenciais da preparação e consagração ideológica desse episódio que marca a gênese da Inglaterra Liberal.

Foi em nome da *liberdade* tanto contra a Coroa quanto contra a multidão popular que os oligarcas ingleses do acordo de 1688 fizeram a sua “revolução”. Afirmava-se o privilégio dos senhores disporem tranquilamente de sua propriedade e de seus servos como quisessem, contra a interferência do rei. De acordo com Ellen Wood, as centrais concepções liberais de limites constitucionais do governo e de liberdades individuais afirmadas contra o Estado foram originadas no término do período medieval e início do período moderno, na tentativa de garantir as liberdades, os poderes e os privilégios feudais, através da “afirmação dos poderes independentes do *senhorio* por parte das aristocracias européias contra o avanço das monarquias centralizadoras”. (WOOD, 2003, p.177-204).

Nestes marcos, a igualdade reivindicada pelos proprietários em relação ao soberano convive lado a lado com a reificação dos servos, os quais passam a ser assimilados a qualquer outro objeto de propriedade. As relações existentes de servidão na metrópole e de escravidão nas colônias, ao invés de serem discutidas pela “verdadeira liberdade” (tal como proclamada pela revolução liberal), passam a ser por ela consagradas como partes de uma esfera privada inquebrantável. Assim, de uma única semente plantada em solo inundado de esterco, germina a árvore do liberalismo e da escravidão-mercadoria fundamentada na vulgata racial.

A revolução que irromperá em nome da liberdade na margem americana do Atlântico comporta a consagração oficial do instituto da escravidão e a conquista e o exercício por longo tempo da



hegemonia política por parte dos proprietários de escravos: dos primeiros 36 anos de vida dos Estados Unidos, 32 deles tiveram o cargo de presidência ocupado por proprietários de escravos provenientes da Virgínia, uma colônia fundada sobre a escravidão, mantenedora de cerca de 40% dos escravos do país e berço de ilustres “estadistas da liberdade”. Além do protagonista militar George Washington, também eram proprietários de escravos da Virgínia o autor da Declaração da Independência, James Madison, e o autor da constituição federal de 1787, Thomas Jefferson. (LOSURDO, 2006, p.24).

Compreendemos a ideologia dentro da perspectiva gramsciana - no sentido de uma concepção de mundo articulada com uma ética correspondente - como algo que transcende o conhecimento e se liga diretamente com a ação voltada para influir no comportamento dos homens. Este enfoque compreende que as idéias e representações dos grupos sociais têm peso na vida social e não podem ser vistas apenas como “falsa consciência”, “sub-produtos”, “derivações” etc, buscando assim evidenciar o estatuto material das idéias, pondo-as em relação com os dados materiais e as instâncias do poder. Podemos considerar que a avaliação da significação da ideologia na conformação das instituições sociais já pode ser encontrada nos “clássicos” do marxismo, como na carta de Engels endereçada a H. Starkenburg: “O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico etc., baseia-se no desenvolvimento econômico. Mas todos aqueles reagem entre si e sobre a base econômica. Não é que a situação econômica seja, *sozinha, causa ativa* e que todo o resto seja apenas efeito passivo. Há, porém, interação à base da necessidade econômica que, *em última instância*, sempre se impõe.” (ENGELS, 2003, p. 469).

Nestes marcos, podemos compreender que, em ambas as formulações – tanto as que consideram o liberalismo um “berloque” das elites brasileiras, quanto as que consideram que estas elites importaram-no como princípios que seriam ajustados às suas próprias necessidades – considera-se o liberalismo como uma ideologia na qual a realidade é invertida e as idéias aparecem como motor da vida real. Ao tentarem desconstruir o discurso liberal aqui e alhures através da dicotomia teoria x prática / retórica x realidade, esqueceram-se de considerar as noções de *conteúdo* e *forma* tão cara à análise marxiana. Ao fazerem a crítica ao liberalismo como sustentáculo ideal do capitalismo, fazem-na presos ao auto-elogio e à visão apologética às quais se entregam o liberalismo e o Ocidente liberal; ou seja, criticam o acusado a partir da imagem que o próprio acusado faz de si frente ao espelho. Marx, no prefácio à *Crítica da economia política*, já afirmava que “não se pode julgar uma época histórica pelo que ela pensa de si mesma”; e Gramsci, ao reafirmar o equívoco do julgamento de uma época histórica “pelo conjunto das suas ideologias”, resgata o princípio segundo o qual “um juiz não pode julgar o réu pelo que este pensa de si próprio, de seus atos ou omissões [...]” (GRAMSCI, 2002, 1, p.192).

Não é a *forma* tal como o liberalismo se efetiva na prática que não se adequa ao *conteúdo* pregado em seus ideais. Na verdade é a *forma* como se efetivaram as práticas liberais que não corresponderam à *forma* como se difundiram seus ideais. Isto porque estas *formas* escondiam o fato de que o *conteúdo* da realidade liberal associava-se perfeitamente ao *conteúdo* das idéias liberais (para além do que estas demonstravam na aparência de suas *formas*). É esta compreensão que se conforma como fundamental não somente para se desconstruir o discurso e a prática liberal, como também o simulacro de seus princípios democráticos e a especificidade que eles assumem no caso brasileiro.

O liberalismo conformado na particularidade brasileira foi capaz de revelar a verdadeira *essência* da restritividade democrática que foi ocultada pela *forma* do capitalismo e liberalismo na Europa. No cenário clássico da construção das revoluções burguesas, a forma auto-apologética através da qual se difundiu o discurso liberal ocultou a tensão do estreito entrelaçamento entre reivindicação de liberdade, justificação da escravidão e aniquilação dos povos coloniais, tensão esta que trouxe graves consequências para a questão democrática a qual, quando não foi negada radicalmente pela lógica liberal, alcançou ao máximo um caráter vulgar.

Diferentemente dos argumentos sustentados sobre o caráter do liberalismo no Brasil e sua relação com a democracia - os quais variam entre a compreensão de uma “idéia fora de lugar” ou de

uma “adequação” segundo os interesses das elites dominantes - compreendemos que a precocidade da revolução passiva como forma de transição do país para os marcos do capitalismo funcionou como um elemento fundamental para a neutralização e controle dos surtos libertários e das reivindicações políticas, a ponto de formatar um cenário propício para que o *conteúdo* antidemocrático do liberalismo se revelasse em condições sociais e econômicas propícias ao desenvolvimento do capitalismo sem que a justificação da manutenção da escravidão precisasse assumir *formas* ocultadoras e apologéticas.

### Referências Bibliográficas

COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4.ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 9. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*, 3. ed. ampliada, Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ENGELS, Friederich.

FRANCO, M. S. de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. Ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 6 v.

IANNI, Octavio. *Escravidão e racismo*. São Pulo: Hucitec, 1978.

LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo*. São Paulo: Idéias & Letras, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de Queiroz. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

SAINT-HILAIRE, A. *Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da Província de São Paulo*. Biblioteca Histórica Brasileira. São Paulo: Martins, 1954

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor, as batatas*. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Editora 34, 2000.

WALLERSTEIN. Immanuel. *O sistema mundial moderno, I: a agricultura capitalista e as origines da economia-mundo europeia no século XVI*. Porto: Ed. Afrontamento. 1990.

\_\_\_\_\_. *O sistema mundial moderno, II: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia 1600-1750*, Porto: Ed. Afrontamento. 1994.

WOOD, E. M. *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. SP: Boitempo, 2003.

